

Maria de Lourdes Rollemberg Mollo*

Universidade de Brasília
Brasília, Distrito Federal, Brasil

Milene Takasago**

Universidade de Brasília
Brasília, Distrito Federal, Brasil

João Maria Oliveira***

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Brasília, Distrito Federal, Brasil



Vinte anos de debate desenvolvimentista no Brasil: atualizando os dados da matriz de insumo produto

Recebido em: 29 jan. 2022 Aprovado em: 24 ago. 2022 Publicado em: 23 dez. 2022

DOI: <https://doi.org/10.29327/2148384.17.31-4>

Resumo

O artigo retoma o debate desenvolvimentista no Brasil nos últimos vinte anos, atualizando a matriz de insumo-produto brasileira a partir dos últimos dados publicados pelo IBGE, de 2018. Os resultados são utilizados para destacar alguns pontos de discussão do debate desenvolvimentista. Após uma descrição dos passos metodológicos utilizados na atualização da matriz, o artigo analisa os seus resultados. São destacados os setores estratégicos em termos de campo de influência sobre a economia como um todo, efeitos de encadeamento para trás e para frente, impactos sobre produção, empregos, salários e rendimentos mistos, tirando conclusões sobre prioridades desejáveis em termos de inclusão produtiva e social.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Matriz de Insumo-Produto. Inclusão Social.

* Professora Titular da Universidade de Brasília, Departamento de Economia. Doutora em Finanças, Moeda e Bancos pela Université Paris X-Nanterre, França; Mestre e graduada em Economia pela Universidade de Brasília. E-mail: mllollo@unb.br

 <http://lattes.cnpq.br/9304278145225305>

 <http://orcid.org/0000-0002-4303-6914>

** Professora Adjunta da Universidade de Brasília, Departamento de Economia. Doutora em Economia e Mestre em Matemática pela Universidade de Brasília; graduada em Matemática pela Universidade Federal de Viçosa. E-mail: milene@unb.br

 <http://lattes.cnpq.br/6248088807156359>

 <https://orcid.org/0000-0002-4777-9117>

*** Técnico em Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Doutor em Economia pela Universidade de Brasília; Mestre em Administração e graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: joao.oliveira@ipea.gov.br

 <http://lattes.cnpq.br/4249182156660583>

 <https://orcid.org/0000-0002-2542-8850>

Maria de Lourdes Rollemberg Mollo*

University of Brasília
Brasília, Federal District, Brazil

Milene Takasago**

University of Brasília
Brasília, Federal District, Brazil

João Maria Oliveira***

Institute of Applied Economic Research
Brasília, Federal District, Brazil



Twenty years of developmental debate in Brazil: updating data from the input-output matrix

Received: 29 Jan. 2022 Approved: 24 Aug. 2022 Published: 23 Dec. 2022

DOI: <https://doi.org/10.29327/2148384.17.31-4>

Abstract

The article resumes the developmental debate in Brazil in the last twenty years, updating the Brazilian input-output matrix from the latest data published by IBGE, in 2018. The results are used to highlight some points of discussion of the developmental debate. After a description of the methodological steps used in updating the matrix, the article analyzes its results. Strategic sectors are highlighted in terms of influence on the economy as a whole, backward and forward linkages, impacts on production, jobs, wages and mixed incomes, drawing conclusions on desirable priorities in terms of productive and social inclusion.

Keywords: Development. Input-Output Matrix. Social inclusion.

* Professor at the University of Brasília, Department of Economics. PhD in Finance, Currency and Banks from Paris X University-Nanterre, France; MSc and graduated in Economics from the University of Brasília. Email: mimollo@unb.br

<http://lattes.cnpq.br/9304278145225305>

<http://orcid.org/0000-0002-4303-6914>

** Professor at the University of Brasília, Department of Economics. PhD in Economics and MSc in Mathematics from the University of Brasília; Graduated in Mathematics from the Viçosa Federal University. Email: milene@unb.br

<http://lattes.cnpq.br/6248088807156359>

<https://orcid.org/0000-0002-4777-9117>

*** Technician in Planning and Research at the Institute of Applied Economic Research, Brazil. PhD in Economics from the University of Brasília; MSc in Business Administration and graduated in Civil Engineering from the Rio Grande do Norte Federal University. Email: joao.oliveira@ipea.gov.br

<http://lattes.cnpq.br/4249182156660583>

<https://orcid.org/0000-0002-2542-8850>

Introdução

Embora o debate desenvolvimentista no Brasil seja bastante antigo, com fases áureas nos governos que mais alavancaram o processo de desenvolvimento como o de Vargas e Kubitscheck e no debate sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento inspirado, em particular, nas teses cepalinas (FURTADO, 2009; 2003; 1981; PREBISCH, 1961), este trabalho trata da sua fase mais atual, contrapondo-se à dominação neoliberal.

Do final dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990 o pensamento neoliberal dominou completamente o debate, tanto nas revistas especializadas quanto no ensino acadêmico. Neste período, até as disciplinas dedicadas ao desenvolvimento econômico rarearam, dada a visão dominante de que ele devia ser deixado a cargo apenas do mercado.

É no final dos anos 1990 e, mais particularmente, no início do novo século que a questão do desenvolvimento volta a aparecer com mais frequência.¹ Entre os precursores deste processo destaca-se Bresser-Pereira, cujo site informa trabalhos apenas no início do novo século. Em 2001, pequeno debate de sua autoria no jornal Valor, sobre a fragilidade implicada na dependência da poupança externa (BRESSER-PEREIRA, 2001 a) e um artigo apresentado em conferência no Latin America Centre na Universidade de Oxford em setembro de 2000 (BRESSER-PEREIRA, 2000), sobre uma alternativa de desenvolvimento brasileiro inauguram uma série de artigos sobre desenvolvimentismo, estruturalismo e novo-desenvolvimentismo que vão abrir um debate rico em questões teóricas, políticas e de política econômica sobre desenvolvimento, inaugurando, assim, o chamado debate desenvolvimentista brasileiro das duas últimas décadas.

O primeiro texto publicado em revista acadêmica é também de 2001 (BRESSER-PEREIRA, 2001b), confrontando a “ortodoxia oficial” com o que chama de “populismo desenvolvimentista” e opondo aos dois, ainda sem falar de “novo desenvolvimentismo”, estratégias alternativas de desenvolvimento. Como o próprio autor destaca, este artigo é o precursor de um outro

1 Cf., por exemplo, Fiori (1999).

(BRESSER-PEREIRA, 2006), que introduz o termo novo desenvolvimentismo e propõe com mais detalhe a sua estratégia. Antes, porém, já em 2003, aparece o trabalho que confronta o novo desenvolvimentismo com a ortodoxia convencional, apresentado no painel sobre sucessos e falhas do neoliberalismo, no XXIV LASA Congress. Assim, estamos completando 20 anos do início desta nova fase do desenvolvimentismo no Brasil.²

Uma vez reiniciado o debate desenvolvimentista, surgem algumas discussões sobre prioridades alternativas a serem contempladas no processo de desenvolvimento. Havia consenso de que seriam necessárias políticas públicas deliberadas que desencadeassem mudanças estruturais para o desenvolvimento, entendido como um processo de crescimento com equidade (PREBISCH, 1961; BIELSCHOWSKY, 1988; FONSECA, 2005). Estavam de acordo também que o processo deveria ser alavancado pela demanda, opondo-se, por isso, à ortodoxia neoliberal que vê a oferta conduzida pelas iniciativas privadas dos mercados como sendo a variável alavancadora do crescimento.

Mas surgiram discordâncias sobre qual a demanda a ser estimulada prioritariamente para estimular o desenvolvimento. Por um lado, os novos desenvolvimentistas (BRESSER-PEREIRA, 2004; 2006; 2011; BRESSER-PEREIRA; GALA, 2010; OREIRO, 2012a; 2012b) viam as exportações como variável-chave a estimular, priorizando a demanda externa. Por outro, havia os social-desenvolvimentistas (BIELSCHOWSKY, 2012; BASTOS, 2012; CARNEIRO, 2012; MOLLO; AMADO, 2015), destacando a necessidade de estimular a demanda interna para alavancar o crescimento, integrando-o com a distribuição de renda. Propunha-se três motores: consumo de massa, infraestrutura e recursos naturais, turbinados (BIELSCHOWSKY, 2012) pelos encadeamentos produtivos.

Este trabalho busca justamente discutir este caráter mais incluyente social e produtivamente dos diferentes tipos de demanda agregada: externa, com estímulo às exportações, ou interna com estímulo ao consumo, ou ainda

2 É de 2005 a publicação do livro *Novo-Desenvolvimentismo - um projeto nacional de crescimento com equidade social*, organizado por João Sicsú, Luís Fernando de Paula e Renaut Michel (2005), contendo diferentes contribuições de pesquisadores brasileiros sobre o tema.

o estímulo à demanda doméstica de investimento. Ou seja, trata-se de investigar, usando as matrizes de insumo-produto (MIP), qual destes componentes da demanda final agregada apresenta o maior potencial de inclusão social e produtiva de maior parcela da população, tornando-a beneficiária do processo de desenvolvimento.

Já existem resultados publicados sobre este assunto (TAKASAGO; MOLLO; GUILHOTO, 2017; MOLLO, 2016; MOLLO; TAKASAGO, 2019), mas usando a matriz de insumo-produto de 2009. Embora os dados deste tipo de resultado sejam estruturais, não se modificando muito, já se vão muitos anos, requerendo atualização, que neste artigo é realizada com a matriz de 2018.³ Assim, após uma descrição dos passos metodológicos para obter a atualização dos dados da MIP (seção 1), descrevemos alguns resultados importantes relacionados ao debate desenvolvimentista no Brasil (seção 2). Nas considerações finais, destacamos algumas conclusões mais importantes.

1. Considerações metodológicas

A grande convergência entre os desenvolvimentistas brasileiros decorre da percepção de que, mais que o mero crescimento econômico, o desenvolvimento requer que ele inclua social e economicamente parte significativa da população como sua beneficiária, o que exige um papel ou uma ação deliberada do Estado intervindo no processo de crescimento. Furtado (2009, p. 216), ao se referir ao antigo desenvolvimentismo, menciona que ele se configura como

a ideologia do “desenvolvimento nacional”, no sentido de que exige um processo de diferenciação no quadro da economia mundial... Atribui-se assim, grande importância à autonomia na capacidade de decisão, sem a qual não pode haver uma autêntica política de desenvolvimento... E como o principal centro de decisões é o Estado, atribui a este papel básico na consecução do desenvolvimento.

3 A última revisada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no momento da elaboração deste artigo. As Matrizes Insumo-Produto (MIPs) são publicadas quinzenalmente pelo Instituto.

O desenvolvimentismo implica, assim, intervenção governamental, transformação estrutural da sociedade e melhoramento das rendas dos grupos sociais de renda mais baixa (PREBISCH, 1961; BIESCHOWSKY, 1988; FONSECA, 2005). Tal intervenção pode se dar por meio de regulações, estímulos ou mesmo investimento público e, para isso, é preciso escolher setores que respondem de forma mais eficiente aos estímulos dados. Conforme resume bem Prebisch (1961, p. 35) a política de desenvolvimento, ou o que estamos chamando aqui de desenvolvimentismo,

significa um esforço deliberado de atuar sobre as forças da economia a fim de acelerar seu crescimento, não pelo crescimento mesmo, mas como meio de conseguir um melhoramento persistente da renda nos grupos sociais de rendas inferiores e médias e sua participação progressiva na distribuição da renda global.

Para isso é preciso privilegiar, nas políticas de desenvolvimento, aquelas que distribuam melhor os resultados do crescimento econômico, seja no sentido de gerar empregos, salários e rendimentos de trabalhadores, seja no que se refere a espalhar os benefícios entre os vários setores de economia, proporcionando efeitos de encadeamento produtivos para trás e para frente. Hirshman (1961), por meio da sua discussão sobre desenvolvimento equilibrado, chamava atenção para a necessidade de potencializar os benefícios obtidos com recursos escassos ao estimular o desenvolvimento. É preciso escolher poucos setores, considerados chaves, de forma a não pulverizar os recursos tornando-os ineficientes. Estes setores são aqueles cuja demanda de insumos afeta de forma significativa o restante da economia, exercendo o que se chama efeitos de encadeamento ou ligação importantes para trás; e cuja oferta de insumos para os demais é também importante, provocando efeitos de encadeamento para frente significativos. Tais efeitos de encadeamento para trás e para frente acabam por distribuir os ganhos do crescimento por maior parcela da economia. Além disso, tais impulsos tendem a promover mudanças estruturais importantes na economia como um todo, articulando de forma mais eficiente a produção dos vários

setores econômicos e contribuindo para a solução de problemas de pontos de estrangulamento. A matriz de insumo-produto, retratando a estrutura de funcionamento da economia, é um instrumental importante para o planejamento destes estímulos ao processo de crescimento.

Ela foi desenvolvida por Leontief (1951), de forma a identificar a relação entre os setores da economia no processo de produção, a formação do valor adicionado, dos diversos rendimentos e dos destinos da demanda final, permitindo uma visão geral do processo de produção e mensuração do PIB pelas suas três óticas. A leitura da matriz pelas linhas permite saber quanto cada setor fornece de insumo para as produções dos demais, assim como permite saber como a demanda final se reparte entre famílias, governo, investimento e exportações. Por meio das colunas, é possível ver quanto cada setor demanda de insumo dos demais para produzir, quanto se paga de impostos e quanto se importa, assim como pode-se visualizar o valor adicionado gerado.

Leontief considerou que a relação entre os insumos consumidos em cada atividade e a sua produção total é constante, uma vez que mudanças seriam estruturais, só devendo ocorrer a prazos longos. Neste trabalho, conforme já mencionado, foi estimada a matriz insumo-produto - MIP para o ano de 2018. A metodologia de estimação da MIP foi baseada nas propostas apresentadas por Guilhoto e Sesso (2005). Inicialmente realizou-se a compatibilização entre as matrizes de Usos e Recursos de bens e serviços, divulgadas pelo IBGE (2018). Isso foi necessário porque a matriz de Usos de bens e serviços apresenta os dados a preços de mercado, enquanto a matriz de Recursos considera os preços básicos.

A partir da MIP deriva-se o modelo de Leontief descrito na equação (1), a seguir:

$$AX + Y = X \quad (1)$$

onde A é a matriz de coeficientes diretos de insumo, de ordem $(n \times n)$; X e Y são vetores colunas de ordem $(n \times 1)$ e apresentam, respectivamente, valores

da produção total e da demanda final de cada setor. A descrição dos fluxos de produtos entre os diferentes setores da economia é feita para um dado ano, permitindo analisar a relação entre produtores e consumidores e a inter-relação entre os setores como demandantes e ofertantes de insumos, conforme mencionado.

Considerando a demanda final (Y) como exógena ao sistema, define-se o modelo como fechado. Temos então:

$$X = BY \quad (2)$$

$$B = (I - A)^{-1} \quad (3)$$

B é a matriz inversa de Leontief, ou de coeficientes técnicos diretos e indiretos de ordem $(n \times n)$, onde b_{ij} é a produção total do setor i necessária para produzir uma unidade de demanda final do setor j .

A partir do sistema de Leontief em (2) e (3), podemos mensurar o impacto que as mudanças ocorridas na demanda final (Y), ou em cada um de seus componentes (consumo das famílias, gastos do governo, investimentos e exportações) teriam sobre a produção total, o emprego, as importações, os impostos, os salários e o valor adicionado, entre outros. Ou seja:

$$\Delta X = (I - A)^{-1} \Delta Y \quad (4)$$

$$\Delta V = \hat{v} \Delta X \quad (5)$$

ΔY e ΔX são vetores $(n \times 1)$ que mostram respectivamente a estratégia setorial e os efeitos sobre o volume da produção. ΔV é um vetor $(n \times 1)$ representando o impacto sobre qualquer uma das variáveis tratadas acima. Ou seja: emprego, importações, impostos, salários, valor adicionado, entre outros. Observe-se que \hat{v} é uma matriz diagonal $(n \times n)$, onde a diagonal traz os coeficientes de emprego, importações, impostos, salários, valor adicionado, que são obtidos, para cada setor, pela divisão do valor utilizado destas

variáveis na produção total pela produção total do setor correspondente.

$$V_i = V_i / X_i \quad (6)$$

Para o cálculo do impacto de cada variável sobre o volume total da produção somam-se todos os elementos dos vetores ΔX e ΔV .

No presente trabalho foi considerado um choque no investimento e, a partir das equações acima, verificou-se os impactos nas variáveis emprego, rendimentos e PIB. Os impactos analisados neste trabalho são os diretos mais os indiretos.

A partir deste modelo, equação 2, e seguindo-se Rasmussen (1956) e Hirschman (1958), podemos calcular os índices de ligação ou encadeamento para trás, que definem o quanto um determinado setor demanda de insumos para produzir uma unidade monetária, e para frente, que fornecem informações sobre quanto o setor fornece de insumos para os demais setores da economia.

Os índices de ligação ou encadeamento são determinados a partir da matriz inversa de Leontief. Seja $B = (b_{ij})$ a matriz inversa de Leontief, isto é, $B = (I - A)^{-1}$ e B^* a média de todos os elementos de B ; e $B_{.j}$ a soma de uma coluna típica de B . Portanto, o índice de ligação para trás - ILT, a partir dos elementos da matriz inversa de Leontief, pode ser definido pela equação abaixo:

$$ILT_j = [B_{.j} / n] / B^* \quad (7)$$

Com relação ao índice de ligação ou encadeamento para frente (ILF), para avaliarmos a importância, por exemplo, do setor de infraestrutura na economia brasileira, a metodologia utilizada foi a de Ghosh, segundo Miller e Blair (2009). Nesta metodologia se evidencia a importância de cada setor como fornecedor de insumos ao restante da economia. A definição do índice segue as seguintes equações. Inicialmente definimos:

$$T = f_{ij} / x_i \quad (8)$$

Assim, T é a matriz de coeficientes técnicos da linha, obtida a partir da matriz de consumo intermediário da economia. Seja G a matriz de Ghosh obtida pela fórmula $G = (I - T)^{-1}$ (Cf. MILLER; BLAIR, 2009), G^* a média de todos os elementos de G , e G_{i^*} a soma de uma linha típica de G . Tem-se, então, os seguintes índices de ligações para frente:

$$ILF_i = [G_{i^*} / n] G^* \quad (9)$$

Os índices de ligação mensuram o efeito de encadeamento de um determinado setor com o restante da economia. Assim, de acordo com Miller e Blair (2009), a classificação de um determinado setor pode ser feita de acordo com a seguir. O **Quadro 1** considera como setores-chave aqueles para os quais os índices de ligação ou encadeamento para frente e para trás são maiores do que 1, uma vez que afetam o restante da economia tanto demandando quanto oferecendo insumos; independentes são aqueles que não precisam dos demais para produzir porque não demandam nem oferecem insumos; enquanto os que têm índices de ligação para frente menores do que um dependem da oferta dos demais setores e os que têm efeitos de ligação para trás menores do que 1 dependem da demanda dos demais.

Quadro 1 - Classificação dos setores de acordo com seus índices de ligações.

Índice de Ligação	ILF > 1	ILF < 1
ILT > 1	Setor-chave	Depende da oferta dos demais setores
ILT < 1	Depende da demanda dos demais setores	Independente

Fonte: Elaboração dos autores, 2022.

Como destacam Vale e Perobelli (p. 98), é possível complementar a análise dos índices de ligações ou encadeamentos determinando o chamado campo de influência, que “mostra como se distribuem as mudanças dos coeficientes diretos no sistema econômico como um todo, permitindo a determinação de quais relações entre os setores seriam mais importantes dentro do processo produtivo”. Esta metodologia foi desenvolvida por Sonis e Hewings (1989; 1994).

Para calcular o Campo de Influência, inicialmente, considera-se a matriz de coeficientes técnicos, $A = [a_{ij}]$, e uma variação incremental no coeficiente direto de insumo definida por, $E = [\varepsilon_{ij}]$. Considerando a matriz inversa de Leontief, $B = [I - A] = b_i$ e definindo $B(\varepsilon) = [I - A - \varepsilon]^{-1}$, ou seja, o incremento aplicado nos coeficientes técnicos diretos. Caso ocorra uma pequena mudança em apenas um coeficiente técnico, isto é, ε_{ij} é igual ε se $i = i_1, j = j_1$ e ε_{ij} é igual 0 para $i \neq i_1, j \neq j_1$. Então, segundo Guilhoto *et al.* (1994), a equação (9) evidencia o campo de influência.

$$F(\varepsilon_{ij}) = [B(\varepsilon_{ij}) - B] / \varepsilon_{ij} \quad (10)$$

Em que, $F(\varepsilon_{ij})$ é uma matriz (n x n) que mede o efeito sobre os demais coeficientes dada uma variação no coeficiente a_{ij} . A equação (10) tem como finalidade obter o valor dos coeficientes que possuem maior campo de influência, associados a cada matriz, $F(\varepsilon_{ij})$:

$$S_{ij} = \sum_{k=1}^n \sum_{l=1}^n [f_{kl}(\varepsilon_{ij})]^2 \quad (11)$$

Por fim, os coeficientes diretos que apresentarem maiores valores de S_{ij} serão os de maior campo de influência no sistema econômico.

2. O debate desenvolvimentista: variáveis estratégicas para o desenvolvimento

A primeira divergência entre os desenvolvimentistas, objeto deste artigo, é sobre o tipo de demanda a estimular. A vertente precursora de Bresser-Pereira (2006; 2007; 2011), mas também de Gala (BRESSER-PEREIRA; GALA, 2007; 2010) e Oreiro (2012a; 2012b) entre outros, propõe que a demanda a ser estimulada deve ser a externa de exportações. Mirando no modelo de desenvolvimento dos países asiáticos, esta corrente busca maior competitividade das exportações, propondo-se a evitar a tendência à apreciação cambial com a entrada de capitais externos que buscam taxas de juros e lucros maiores nos nossos países do que nos países desenvolvidos, além de reagir à chamada doença holandesa, evitando que a taxa de câmbio corrente seja adequada apenas às *commodities* primárias, prejudicando o desenvolvimento industrial.

O segundo grupo, dos social-desenvolvimentistas, propõe o aumento da demanda interna garantido por três frentes: amplo mercado interno de consumo de massa, forte demanda nacional e internacional por recursos naturais, e demanda estatal e privada de infraestrutura econômica e social (BIELSCHOWSKY, 2012; CARNEIRO, 2012; BASTOS, 2012; MOLLO; AMADO, 2015). Esta proposta prioriza a extensão à maior parte da sociedade dos ganhos com o crescimento econômico, ampliando os efeitos de encadeamento entre os setores da economia e os ganhos de emprego e rendimentos de trabalhadores. Daí sua denominação. Aproveita ainda o histórico peso estrutural do consumo de massa no Brasil, as vantagens em termos de recursos naturais, e a necessidade e potencial de ampliação da infraestrutura econômica e social.

Ao discutir a importância do consumo de massa no processo de desenvolvimento, alguns autores retornam ao antigo debate sobre economias com regimes de acumulação *wage-led* ou (ONARAN; STOCKHAMMER, 2002; BRUNO, 2012; AMADO; MOLLO, 2015; DE PAULA; FERRARI FILHO, 2014).

Quando os salários aumentam, aumentam o consumo, o produto e o emprego. Rowthorn (1981) e Dutt (1987) mostram também o efeito aceleracionista do aumento de salários sobre o investimento já que, ao aumentar o consumo, aumenta também a venda e a utilização de capacidade. Porém, a elevação dos custos, com o aumento dos salários, afeta negativamente as margens de lucro, reduzindo investimento e crescimento (MARGLIN; BHADURI, 1990; KURZ, 1990).

Estas conclusões foram, porém, criticadas por Dos Santos (2014a; 2013b) que, conforme apontado nos modelos de Foley (1982; 1986), chama atenção para a importância do investimento como variável a estimular em primeiro lugar. A ideia é a de que o consumo de massas aumenta os lucros a partir das vendas e depende de aumento de salários inicialmente, enquanto o investimento é que aumenta empregos e salários. Assim, a discussão não deve ser sobre opção de crescimento *wage-led* ou *profit-led*, mas entre crescimento liderado por investimento, que determinará o aumento do emprego e dos salários, e outros aumentos da demanda agregada. Ou seja, o debate evolui no sentido de colocar não apenas a demanda externa ou interna a estimular, mas a demanda externa, via aumento das exportações, ou a demanda doméstica com estímulo ao consumo ou ainda a demanda também interna, mas estimulando o investimento. Este é o argumento principal para a atualização feita neste artigo, ou seja, trata-se de investigar qual destas demandas tende a ter um potencial maior de distribuição dos benefícios do desenvolvimento, no sentido de fornecer maior estímulo ao crescimento por meio dos efeitos de encadeamento para trás, afetando positivamente mais setores ao fornecer demanda; e contribuindo mais para a inclusão social e produtiva, ao gerar empregos, salários e remunerações de autônomos.⁴

⁴ Privilegiando também a demanda interna de investimento, encontram-se autores como Sicsú, de Paula e Michel (2005), além de Ferrari e Fonseca (2013). A ideia, então é usar a taxa de juros como variável chave, garantindo que as rentabilidades esperadas do capital a superem para maior número de investidores potenciais. Assim, o investimento privado é estimulado, garantindo-se aumento multiplicado de renda e emprego. Uma baixa taxa de juros, porém, não é prescrição que divide os desenvolvimentistas neste debate.

É preciso destacar ainda na evolução deste debate, um grupo de pesquisadores novos (DWECK; ROSSI; OLIVEIRA, 2020, p. 306-307) que, a partir da crítica à ortodoxia econômica neoliberal, em particular quanto ao papel do Estado e à gestão fiscal, sugere um modelo de desenvolvimento econômico que, partindo do social-desenvolvimentismo, propõe “dois motores: i) a distribuição da renda e a inclusão social; e ii) a expansão da infraestrutura social”. Chamam atenção, particularmente, para o papel importante que a infraestrutura social tem no multiplicador de gastos e de empregos, além dos benefícios diretos para a população, e para a necessidade fundamental de “solução de problemas e gargalos históricos da sociedade brasileira como a mobilidade urbana, saúde, educação etc., mas também para uma nova lógica de organização do planejamento”.

Embora os dados com os quais contamos no momento não permitam inferir sobre o efeito de inclusão social e distribuição de renda proporcionados pelos gastos em infraestrutura social, nosso acordo com relação à prioridade a ser dada a esta inclusão social e produtiva, assim como aos efeitos benéficos do crescimento de alguns setores demandando insumos dos demais nos levam a procurar, por meio da análise da matriz de insumo-produto, quais os componentes da demanda agregada final externa e interna que maior potencial apresentam de geração de empregos, de produção, de salários, e de remunerações mistas.⁵ Além disso, podemos detalhar estas conclusões avaliando quais setores respondem melhor ao investimento, com maior potencial de geração de empregos e remunerações de trabalhadores, promovendo, por isso, distribuição maior dos ganhos relacionados ao crescimento econômico.

Por fim, conforme já anunciado, mediremos também os efeitos de encadeamento para trás dos vários setores da economia, buscando chamar atenção para aqueles que mais distribuem os efeitos do crescimento, gerando demanda para os demais. Para Hirshman, e para os heterodoxos de maneira geral, os efeitos de encadeamento para trás são mais importantes no

5 Os rendimentos mistos contêm as remunerações de autônomos que, no Brasil, incorporam grande contingente de trabalhadores de rendas baixas.

processo de distribuição no processo de desenvolvimento. Para o primeiro porque, segundo ele (HIRSHMAN, 1961, p. 179) “os efeitos em cadeia retrospectiva são muito mais nítidos que os em cadeia prospectiva”. Para a heterodoxia, conforme sabido, o argumento é de que é a demanda que estimula a produção ou a oferta.

Os dados obtidos mais recentemente, com a matriz de 2018 (**Quadro 2**), confirmam inteiramente as conclusões sobre a maior importância da demanda de investimento em termos de potencial de inclusão social dos ganhos do desenvolvimento. Embora o excedente operacional bruto, que inclui lucros, mas também outras remunerações como juros, aumente mais com o estímulo à demanda de consumo, a produção, os salários, rendimentos de autônomos ou rendimentos mistos e o emprego, que beneficiam a maior parcela da sociedade, aumentam mais com o estímulo dado ao investimento, medido pela formação bruta de capital fixo, do que quando o estímulo é dado às exportações ou ao consumo. Estes resultados dão razão à prioridade a ser dada ao investimento quando o que se quer é um crescimento mais incluyente do ponto de vista social e produtivo.

Quanto ao potencial gerador de efeitos de encadeamento para trás, fornecendo demanda para outros setores e para frente, fornecendo insumos para os demais, o **Quadro 3** indica que não há mudanças nos grandes setores da economia com relação à matriz de 2009, uma vez que a Indústria aparece, conforme esperado, com o maior efeito de encadeamento para trás, medido pelo índice Rasmussen-Hirshman, enquanto a Agricultura, também como esperado, promove os maiores encadeamentos para frente, como mostra o índice de Ghosh.

Neste sentido, é também a Indústria que proporciona maior aumento da produção a partir de um aumento do investimento de 10%, confirmando a importância deste setor do ponto de vista da distribuição dos efeitos benéficos do processo de crescimento.

Tendo em vista a pertinência de usar o investimento como demanda chave para efeito de política, é preciso confrontar os setores quanto ao seu

potencial criador de efeitos de encadeamento produtivos, de forma a verificar se houve ou não mudanças estruturais que modificaram os principais setores a este respeito. O **Quadro 3** mostra que entre os três grandes setores da economia é a indústria que promove os maiores efeitos de encadeamento para trás, e a agricultura os maiores encadeamentos para frente, como era de se esperar. O **Quadro 4** detalha este resultado, dividindo a economia em 26 setores e marcando em negrito os maiores efeitos de encadeamento.

Os principais geradores de efeitos de encadeamento para trás, fornecendo demanda para os demais são: Indústria de transformação; Transporte terrestre; Eletricidade e gás, Construção; e o Transporte aéreo, nesta ordem. Estes dados mostram a importância que a Indústria de transformação pode ter tanto no consumo de massa, atendendo a grande parte da sociedade, quanto no estímulo a outros setores, ao fornecer demanda. Mostram também a importância que pode ter o motor de infraestrutura econômica e social. Não apenas problemas sérios como os de insuficiências no setor elétrico e de mobilidade social podem ser resolvidos, mas ainda, com o aumento da sua produção, podem proporcionar, de forma destacada, demanda para os demais setores da economia, espalhando os benefícios do desenvolvimento.

Quadro 2 - Impactos econômicos de estímulo de R\$100.000.000,00 de aumento de demanda sobre exportações, consumo e formação bruta de capital fixo.

Resultados	Estímulo sobre o consumo	Estímulo sobre as exportações	Estímulo sobre o FBKF
Impacto sobre a produção*	194.919.176,08	219.679.754,67	219.832.006,27
Impacto sobre o emprego**	1.776,42	1.660,36	1.962,25
Impacto sobre os salários*	41.021.474,83	37.000.832,49	43.178.471,68

Resultados	Estímulo sobre o consumo	Estímulo sobre as exportações	Estímulo sobre o FBKF
Impactos sobre autônomos	10.164.279,52	11.956.400,06	14.102.805,79
Impacto sobre o EOB*	44.671.384,21	38.454.836,69	32.594.738,03
Impacto sobre as remunerações (salários, autônomos e EOB*	95.857.138,56	87.412.069,25	89.876.015,50

Fonte: Elaboração dos autores, 2022.

Legenda: *R\$.*****.**Número de empregados.

Quadro 3 - Efeitos de Encadeamento e impacto de aumento do Investimento sobre a Produção.

Setores	Índice Rasmussen-Hirshman para trás	Índice Rasmussen-Hirshman para frente	Índice de Ghosh para frente	Impacto sobre a produção de aumento de 100 milhões do investimento
Agricultura	0,68	0,98	1,08	0,0017%
Indústria	1,23	1,16	1,03	0,0031%
Serviços	1,10	0,86	0,89	0,0010%

Fonte: Elaboração dos autores, 2022.

Quadro 4 - Indicadores de Efeitos de Encadeamento e sobre a Produção.

Setores	Índice Rasmussen-Hirshman para trás	Índice Rasmussen-Hirshman para frente	Impacto sobre a produção de aumento de 100 milhões do investimento
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	1,11	1,15	1.105.651,16
Indústrias Extrativas	1,1	1,15	1.095.400,43
Indústrias de Transformação	1,35	1,12	1.349.729,90
Eletricidade e Gás	1,24	1,42	1.235.478,08
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	1	1,15	995.274,28
Construção	1,21	0,75	1.205.894,22
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	1	1,02	997.680,35
Transporte terrestre	1,25	1,33	1.254.876,63
Transporte aquaviário	1,13	1,34	1.130.655,91
Transporte aéreo	1,19	1,18	1.189.063,78
Armazenagem e correio	1,02	1,35	1.015.858,07
Alojamento	1,07	1,09	1.068.708,88
Alimentação	1,15	0,71	1.151.528,33
Informação e comunicação	1,14	1,19	1.138.790,78

Setores	Índice Rasmussen-Hirshman para trás	Índice Rasmussen-Hirshman para frente	Impacto sobre a produção de aumento de 100 milhões do investimento
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	0,92	1,13	920.234,46
Atividades imobiliárias	0,7	0,73	702.277,74
Atividades científicas, profissionais e técnicas	1	1,5	1.000.341,93
Atividades administrativas e serviços complementares	0,91	1,37	907.558,00
Administração pública, defesa e seguridade social	0,88	0,62	878.639,17
Educação Pública	0,77	0,59	774.334,71
Educação Privada	0,87	0,73	873.403,46
Saúde Pública	0,93	0,59	928.632,07
Saúde Privada	1,02	0,67	1.021.543,66
Artes, cultura, esporte e recreação	1	0,77	999.817,85
Outras atividades de serviços	1,06	0,76	1.058.626,17
Serviços domésticos	0	0,59	0

Fonte: Elaboração dos autores, 2022.

A preocupação dos novos desenvolvimentistas com a indústria é sempre colocada como argumento para que a variável chave seja a taxa de câmbio, de forma a garantir a competitividade das exportações. Alguns estudos, porém, tornam discutível tal proposta. Em primeiro lugar, o impacto

da desvalorização do real sobre a inflação. Além de levar à queda dos salários, isso levará, no regime de metas inflacionárias, ao aumento da taxa de juros, criando problemas para o próprio crescimento industrial desejado e da economia como um todo. Por outro lado, como observa de Paula (2022, p. 48), “as evidências empíricas de vários trabalhos acadêmicos, que procuraram estimar a função exportação no Brasil, sugerem que o efeito preço (resultante da taxa de câmbio) é superado largamente pelo efeito renda mundial”.⁶ E sobre a esta última, não temos controle.

Os setores de Eletricidade e gás e de Transporte Terrestre são também particularmente importantes como setores-chave da economia, por ocuparem uma das cinco primeiras posições tanto em efeitos de encadeamento para trás como para frente.

De forma a investigar melhor a influência dos diferentes setores sobre a economia como um todo, conforme mencionado no item metodológico, calculamos o campo de influência, constante na **Figura 1** adiante. Observe-se que, a este respeito, se destaca, em particular e de forma significativa, denovo a Indústria de transformação; mas também Eletricidade e gás; Atividades financeiras, seguros, e serviços relacionados; e Transporte terrestre, nesta ordem.

O setor de Construção, conhecido como veremos, por seu potencial empregador, mostra-se aqui como forte gerador de demanda para os demais setores da economia, dada sua importância fornecendo efeitos de encadeamento para trás. Ou seja, o **Quadro 4** dá, assim, importantes exemplos de como a busca por resolver problemas distributivos brasileiros é compatível e é beneficiada com ganhos produtivos expressivos para a maior parte dos setores.

O caráter incluyente do processo de crescimento, do ponto de vista social, é particularmente influenciado pelo potencial gerador de empregos e remunerações, tanto de trabalhadores assalariados como de autônomos ou que recebem rendimentos mistos. Assim, os **Quadros 5, 6 e 7** detalham este potencial para os 26 setores analisados nesta matriz, marcando em negrito

6 Ele se refere especificamente a Schettini *et al.* (2012).

potencial para os 26 setores analisados nesta matriz, marcando em negrito os cinco setores maiores geradores de aumento nestas variáveis.

No que tange à geração valor adicionado, temos que os principais setores que reagem a um aumento de R\$ 100 milhões de investimento são os de Construção; indústria de transformação; Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas; Informação e comunicação; e Atividades científicas, profissionais e técnicas, nesta ordem.

Na geração de empregos, também como resultado de um impulso no investimento de R\$ 100 milhões, destacam-se os setores de Construção; Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas; Indústria de transformação; Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, nesta ordem.

Quadro 5 - Empregos e Valor Adicionado gerados após um aumento de R\$100 milhões no investimento total.

Setores	Empregos	Valor adicionado bruto (PIB)
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	176,18	4.076.872,08
Indústrias Extrativas	3,23	2.233.822,56
Indústrias de Transformação	236,90	15.999.074,18
Eletricidade e Gás	1,33	1.020.286,36
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	3,99	356.496,99
Construção	900,15	28.746.524,83
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	339,78	13.812.559,77
Transporte terrestre	58,21	2.359.246,37
Transporte aquaviário	0,63	121.268,33
Transporte aéreo	0,52	86.312,95
Armazenagem e correio	9,02	885.870,63
Alojamento	3,79	127.961,35
Alimentação	4,55	105.543,19
Informação e comunicação	44,12	6.957.985,25
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	9,25	3.151.069,64
Atividades imobiliárias	0,95	1.201.092,93
Atividades científicas, profissionais e técnicas	59,81	4.618.069,72

Setores	Empregos	Valor adicionado bruto (PIB)
Atividades administrativas e serviços complementares	55,20	2.356.420,12
Administração pública, defesa e seguridade social	10,34	1.319.485,41
Educação Pública	20,58	1.445.280,72
Educação Privada	6,01	214.914,28
Saúde Pública	2,00	121.103,17
Saúde Privada	0,07	3.628,92
Artes, cultura, esporte e recreação	3,63	74.257,71
Outras atividades de serviços	12,00	230.202,91
Serviços domésticos	0,00	0,00

Fonte: Elaboração dos autores, 2022.

No que se refere à geração de rendimentos, interessa-nos especialmente a geração de salários e rendimentos mistos, já que eles envolvem maior parcela da população permitindo maior distribuição da renda gerada na economia. Os setores maiores geradores de salários, conforme o **Quadro 6**, são os de Construção; indústria de transformação; Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas; Informação e comunicação; e Atividades científicas, profissionais e técnicas, nesta ordem.

Os rendimentos mistos, conforme já mencionado, envolvem grande parcela da população de baixa renda, e funcionam como válvula de escape para os que não conseguem empregos formais. O **Quadro 7** mostra que os maiores geradores deste tipo de remuneração são os setores de Construção; Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; Comércio; atividades científicas, profissionais e técnicas; e, Indústria de transformação, nesta ordem.

Somadas as remunerações salariais e mistas, conforme é possível ver no **Quadro 8**, os principais geradores destas remunerações, após um aumento de R\$ 100 milhões na demanda total de investimento, são: Construção; indústria de transformação; Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas; Informação e comunicação; e, Atividades científicas, profissionais e técnicas, nesta ordem.

Quadro 6 - Salários gerados após aumento de R\$100 milhões no investimento total.

Setores	Salários
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	774.630,85
Indústrias Extrativas	390.432,50
Indústrias de Transformação	9.240.275,24
Eletricidade e Gás	181.107,70
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	162.834,69
Construção	12.356.231,92
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	7.085.947,04
Transporte terrestre	1.254.870,89
Transporte aquaviário	61.831,80
Transporte aéreo	64.964,50
Armazenagem e correio	491.199,76
Alojamento	97.615,63
Alimentação	48.615,32
Informação e comunicação	3.203.111,46
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	1.231.741,38

Setores	Salários
Atividades imobiliárias	16.183,12
Atividades científicas, profissionais e técnicas	1.870.966,99
Atividades administrativas e serviços complementares	1.663.249,35
Administração pública, defesa e seguridade social	1.132.451,06
Educação Pública	1.381.408,51
Educação Privada	187.860,95
Saúde Pública	115.212,62
Saúde Privada	1.920,09
Artes, cultura, esporte e recreação	42.857,14
Outras atividades de serviços	120.951,18
Serviços domésticos	0,00

Fonte: Elaboração dos autores, 2022.

Quadro 7 - Rendimentos mistos gerados após aumento de R\$100 milhões no investimento total.

Setores	Rendimentos mistos
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	1.944.556,75
Indústrias Extrativas	3.522,66
Indústrias de Transformação	557.798,45
Eletricidade e Gás	0
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	12.280,06
Construção	8.102.270,88

Setores	Rendimentos mistos
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	1.439.753,86
Transporte terrestre	362.622,66
Transporte aquaviário	5.175,72
Transporte aéreo	0
Armazenagem e correio	14.199,36
Alojamento	11.240,43
Alimentação	39.202,15
Informação e comunicação	351.185,93
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	19.667,07
Atividades imobiliárias	8.782,96
Atividades científicas, profissionais e técnicas	1.004.264,81
Atividades administrativas e serviços complementares	100.621,92
Administração pública, defesa e seguridade social	0
Educação Pública	0
Educação Privada	16.600,48
Saúde Pública	0
Saúde Privada	1.069,15
Artes, cultura, esporte e recreação	20.435,09
Outras atividades de serviços	87.555,39
Serviços domésticos	0

Fonte: Elaboração dos autores, 2022.

Quadro 8 - Salários + Rendimentos Mistos gerados por aumento de R\$ 100 milhões no investimento total.

Setores	Salários + Rendimentos Mistos
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	2.719.187,60
Indústrias Extrativas	393.955,16
Indústrias de Transformação	9.798.073,69
Eletricidade e Gás	181.107,70
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	175.114,74
Construção	20.458.502,80
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	8.525.700,90
Transporte terrestre	1.617.493,54
Transporte aquaviário	67.007,52
Transporte aéreo	64.964,50
Armazenagem e correio	505.399,12
Alojamento	108.856,07
Alimentação	87.817,47
Informação e comunicação	3.554.297,40
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	1.251.408,44
Atividades imobiliárias	24.966,09
Atividades científicas, profissionais e técnicas	2.875.231,80
Atividades administrativas e serviços complementares	1.763.871,27
Administração pública, defesa e seguridade social	1.132.451,06

Setores	Salários + Rendimentos Mistos
Educação Pública	1.381.408,51
Educação Privada	204.461,43
Saúde Pública	115.212,62
Saúde Privada	2.989,24
Artes, cultura, esporte e recreação	63.292,23
Outras atividades de serviços	208.506,57
Serviços domésticos	0

Fonte: Elaboração dos autores, 2022.

Considerações Finais

O recente debate desenvolvimentista no Brasil está completando vinte anos, e este trabalho aproveitou a data para atualizar a matriz insumo-produto brasileira, de forma a fornecer subsídios para rediscutir prescrições de política econômica. Para os desenvolvimentistas, é o estímulo à demanda que permite alavancar o desenvolvimento econômico, entendido como crescimento incluyente do ponto de vista produtivo e social. Ele precisa ser conseguido a partir de papel deliberado do Estado para estimulá-lo, seja regulando e fornecendo estímulos específicos, seja o próprio Estado investindo, entrando no processo econômico e investindo ele mesmo, de forma a multiplicar renda e emprego e, assim, levar otimismo e confiança aos potenciais investidores, ampliando o rendimento esperado e viabilizando a decisão de investir.

Deixar o crescimento ao mercado não garante equidade nem distribui melhor os ganhos produtivos e sociais. O mercado funciona a partir de ofertas e demandas e seus participantes têm influência sobre o resultado do sistema de preços na proporção em que delas participam. Ou seja, do ponto de vista

das demandas estão bem representados os que têm recursos para comprar, e das ofertas os que têm e quanto mais têm a oferecer. Quanto maior for a desigualdade e a pobreza, como é o caso no Brasil, menor é a parcela dos que ganham com o mercado. Por um lado, por não terem recursos para demanda; por outro, porque podem oferecer basicamente força de trabalho. No entanto, quanto mais pobres, mais tendem a ser pouco qualificados e pouco organizados, aliados dos ganhos deste mercado em função disso.

Partindo da ideia de que o desenvolvimento precisa ser incluyente do ponto de vista produtivo e social, a matriz de insumo produto foi analisada, em primeiro lugar, para saber qual o tipo de demanda final agregada deveria ser estimulado, de forma a obter mais setores beneficiados com efeitos de encadeamento para trás e mais pessoas favorecidas por empregos, salários e rendimentos mistos. Uma vez confirmado o investimento como a demanda mais potente neste sentido, foi dado um choque de aumento R\$ 100.000,00 no investimento, para investigar o impacto setorial sobre estas variáveis de forma mais detalhada, contemplando a economia brasileira dividida em 26 setores.

A prioridade ao componente Investimento da demanda final agregada contempla dois aspectos importantes do desenvolvimento que atraíram a atenção de Celso Furtado ao longo de suas análises. Em primeiro lugar, destaca que o desenvolvimento é “sempre tributário de uma atividade criadora”, e ao tratar da importância da criatividade e da inventividade no processo de modernização e de desenvolvimento, mostra-se ciente da existência de “modos de desenvolvimento hegemônicos que monopolizam a inventividade ao nível dos fins em benefício de certos países” (FURTADO, 1981, p. 47). Estimular o desenvolvimento doméstico fornece estímulo a esta criatividade e potencializa as especificidades do país em termos de respostas domésticas para a solução dos próprios problemas.

Mas, em segundo lugar, e analisando com destaque o papel que os constrangimentos externos tiveram no desenvolvimento da economia brasileira, Furtado (1959; 2009) reconhece explicitamente que “o sentido do desenvolvimento decorrerá do projeto de autotransformação que se crie na

coletividade, ou nos grupos que nela exerçam uma atividade política. O fator dinâmico externo não será jamais condição suficiente para o desenvolvimento” (FURTADO, 2003, p. 103). Essa é outra justificativa para a escolha de um componente interno da demanda agregada. Este artigo, além disso, priorizou entre os elementos da demanda final agregada doméstica o investimento, em função do potencial gerador de impactos sobre variáveis que tendem a distribuir melhor os benefícios do crescimento econômico.

Esta análise permitiu mostrar que entre os 26 setores em que a economia brasileira foi dividida, alguns poucos foram particularmente importantes na inclusão social e produtiva, seja pelos efeitos de encadeamento, seja pela geração de emprego e remunerações dos trabalhadores. Em particular, dois setores se destacam por aparecerem entre os cinco que mais alavancam a distribuição de benefícios do crescimento econômico, promovendo maiores efeitos de encadeamento para trás, gerando empregos, salários e rendimentos mistos: a Construção e a Indústria de Transformação. A Construção só perde o primeiro lugar para a Indústria de transformação com relação aos efeitos de encadeamento para trás, mas é campeã nos efeitos de encadeamento para frente. Quanto à Indústria de transformação, apesar de ocupar apenas o quinto lugar na geração de rendimentos mistos, tem enorme poder de geração de salários, o que faz com que, no somatório das remunerações de trabalhadores ela ocupe o segundo lugar, depois da Construção.

O setor Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas aparece como importante para geração de empregos e das remunerações, tanto salariais como mistas. Destacam-se ainda Atividades científicas, profissionais e técnicas gerando empregos, salários e rendimentos mistos; Eletricidade e gás e Transporte terrestre na geração de efeitos de encadeamento para trás e para frente; Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura gerando empregos e remunerações mistas; Informação e comunicação na geração de salários em montante suficiente para ocupar lugar de destaque no total de remunerações de trabalhadores, apesar de não ocupar lugar de destaque nos rendimentos mistos.

Ou seja, vemos apenas sete setores se destacando com um potencial expressivo de geração de benefícios do processo de crescimento. Como chamava atenção Hirshman (1961), o crescimento para ser estimulado não precisa influir proporcionalmente sobre todos os setores, mas apenas sobre aqueles que mais proporcionam estímulos aos demais. Em particular, recursos para alavancar o desenvolvimento não podem ser pulverizados, sob pena de perderem eficácia, sobretudo quando escassos. É preciso escolher setores onde os efeitos de encadeamento sejam maiores, para estimular a economia como um todo, assim como é preciso escolher os setores onde a distribuição de benefícios como empregos e rendimentos seja mais ampla, para obter um crescimento com inclusão social, como querem os desenvolvimentistas.

Isso, contudo, é importante frisar, vai na direção contrária do pensamento neoliberal dominante. Para este, dado que o mercado é visto como o melhor regulador econômico, as melhores políticas são as que lidam apenas com preços, que são iguais para todos, sem discricionariedade por parte dos governos. A análise da matriz de insumo-produto feita aqui, porém, indica que é preciso analisar a economia, planejar, e escolher o que mais convém se o que se quer é uma política eficaz e incluyente do ponto de vista social. Planejar a partir das matrizes de insumo-produto, ampliar a análise aqui realizada apenas a título de exemplo, detalhando a cadeia produtiva dos setores considerados chaves, e desenhando políticas e estímulos para os mesmos pode ter papel fundamental no processo de alavancagem do desenvolvimento com inclusão produtiva e social.

Referências

AMADO, A. M.; MOLLO, M. L. R. The "developmentalism" debate in Brazil: some economic and political issues. *Review of Keynesian Economics*, v. 3, n. 1, 2015.

BASTOS, P. P. Z. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do socialdesenvolvimentismo.

Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, n. esp., p. 779-810, dez. 2012.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de janeiro: Ipea; Inpes, 1988.

BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. *Economia e Sociedade*, v. 21, n. esp., p. 729-747, dez. 2012.

BIELSHOWSKY (Coord.). *Investimento e reforma no Brasil nos anos 1990*. Brasília: Cepal; Ipea, 2002.

BESSER-PEREIRA, L. C. After structuralism, a development alternative for Latin America, Paper presented to the *Research Conference on Economic Doctrines in Latin America: Their Evolution, Transmission and Power*, St. Anthony's College, Latin America Centre, Oxford University, September 28-29, 2000.

BESSER-PEREIRA, L. C. A fragilidade que nasce da dependência externa (o obstáculo maior: depender de poupança externa). *Valor*, n. 1000, set. 2001a.

BESSER-PEREIRA, L. C. Decisões estratégicas e overlapping consensus a América Latina. *Revista de Economia Política*, v. 21, n. 4, p. 3-29, out. 2001b.

BESSER-PEREIRA, L. C. New developmentalism and conventional orthodoxy, Presentation to the panel "Neo-liberalism in Latin America: Successes and Failures". XXIV Lasa Congress, Dallas, March 27, 2003.

BESSER-PEREIRA, L. C. Novo-Desenvolvimentismo. *Folha de S. Paulo*, 19 set. 2004.

BESSER-PEREIRA, L. C. New developmentalism and conventional orthodoxy. *Economie Appliquée*, t. LIX, n. 3, p. 95-106, 2006.

BESSER-PEREIRA, L. C. Estado y Mercado em el NuevoDesarrollismo. *Nueva Sociedad*, n. 210, p. 110-125, jul.-ago. 2007.

BESSER-PEREIRA, L. C. An Account of New Developmentalism and the Structuralist Macroeconomics. *Revista de Economia Política*, v. 31, n. 3, p. 493-502, 2011.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; GALA, P. Por que a poupança externa não promove crescimento. *Revista de Economia Política*, v. 27, n. 1, p. 3-19, 2007.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; GALA, P. Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento. *Revista de*

Economia Política, v. 30, n. 4, p. 663-686, 2010.

BRUNO, M. *Growth regime and capital accumulation in Brazil: a preliminary analysis of the liberalization period*. [S. n. t.], 2012. [Mimeografado].

CARNEIRO, R. Velhos e novos desenvolvimentismos. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. esp., p. 749-778, dez. 2012.

DE PAULA, L. F. R., *Economia Brasileira na Encruzilhada: Ensaios sobre macroeconomia, desenvolvimento econômico e economia bancária*. Curitiba: Appris, 2016.

DWECK, E. Por que é imprescindível revogar o Teto de Gastos? In: DWECK, E. et al. *Economia pós-pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico no Brasil*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FERRARI FILHO, F.; FONSECA, P. D. Qual Desenvolvimentismo? Uma proposição à la wage-ledkeynesiano-institucionalista. *Anais do [...] Encontro Nacional de Economia da ANPEC, 41º*. Foz do Iguaçu: ANPEC, 2013.

FERRARI FILHO, F.; DE PAULA, L. F. R. Padrões de crescimento e desenvolvimentismo: uma perspectiva keynesiano-institucionalista. *Nova Economia*, v. 26, n. 3, 2016.

FIORI, J. L. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FOLEY, D. Realization and accumulation in a Marxian model of the circuit of capital. *Journal of Economic Theory*, v. 28, n. 2, p. 300-319, 1982.

FOLEY, D. *Money, accumulation and crisis*. London: Harwood Academic Publishers, 1986. (Fundamentals of Pure and Applied Economics, n. 2).

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

FURTADO, C. *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Ed. Cia. Nac., 1981.

FURTADO, C. *Raízes do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Celso Furtado, 2009.

GUILHOTO, J. J. M. et al. Índices de ligações e setores-chave na economia brasileira: 1959/80.

Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 287-314, ago. 1994.

HIRSCHMAN, A. O. *Estratégia do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

KURZ, H. Technical change, growth and distribution: a steady-state approach to unsteady growth. In: KURZ, H. (Ed.). *Capital, distribution and effective demand: studies in the classical approach to economic theory*. Cambridge: Polity Press, 1990.

LEONTIEF, W. *The structure of the american economy*. New York: Oxford Univ. Press, 1951.

NERI, M. C. Qual foi o impacto da crise sobre a pobreza e a distribuição de renda? *FGV Social*, Rio de Janeiro, set. 2018.

MARGLIN, S.; BHADURI, A. Profit squeeze and Keynesian theory. In: MARGLIN, S. A.; SCHOR, J. N. *The Golden Age of Capitalism*. Oxford: Clarendon Press, 1990.

MILLER, R. E.; BLAIR, P. D. *Input-Output Analysis: foundations and extensions*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2009.

MOLLO, M. L. R.; AMADO, A. M. O debate desenvolvimentista no Brasil: tomando partido. *Economia & Sociedade*, v. 24, n. 1 (53), 2015.

MOLLO, M. L. R.; TAKASAGO, M. O debate desenvolvimentista no Brasil e o papel da indústria: novos resultados de antigas lições. *Economia & Sociedade*, v. 28, n. 3 (67), 2019.

ONARAN, O.; STOCKHAMMER, E. *Two different export-oriented growth strategies under a wage-led accumulation regime: à la Turca and à la South Korea*. Amherst: Political Economy Research Institute; University of Massachusetts, 2002. (Working Paper Series, n. 38).

OREIRO, J. L. C. Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política monetária. *Estudos Avançados*, v. 26, n. 75, 2012a.

OREIRO, J. L. C. *Wage-led versus Export-led: Desfazendo confusões conceituais*. *Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento, Opinião*, 24 set. 2012b.

PREBISCH, R. O Falso Dilema entre Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Monetária. *Revista de Ciências Econômicas*, 1961.

SCHETTINI, B.; SQUEFF, G.; GOUVÊA, R. Estimativa da função de exportações agregadas com dados das Contas Nacionais Trimestrais. *Texto para Discussão IPEA*, n. 1598, mar. 2012.

- SONIS, M.; HEWINGS, G. J. D. *Fields of Influence in Input-Output Systems*. Urbana: University of Illinois - Regional Economics Applications Laboratory, 1994. [Mimeo].
- SONIS, M.; HEWINGS, G. J. D. Error and Sensitivity Input-Output Analysis: a new approach. In: MILLER, R. R.; POLENSKE, K. R.; ROSEM A. Z. (Eds.). *Frontiers of Input-Output Analysis*. New York: Oxford Univ. Press, 1989.
- SANTOS, P. L. Production and consumption credit in a continuous-time model of the circuit of capital. *Historical Materialism*, v. 17, n. 2, p. 180-201, 2013a.
- SANTOS, P. L. Demand, production and the determinants of distribution: a caveat on "wage-led growth". *Working Paper Series*, PERI – Political Economy Research Institute, n. 323, May 2013b.
- SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. Introdução. In: *Novo-Desenvolvimentismo: um Projeto Nacional de Crescimento com Equidade Social*. Barueri, SP; Rio de Janeiro: Manole; Fundação Konrad Adenauer, 2005.
- TAKASAGO, M.; MOLLO, M. L. R.; GUILHOTO, J. O debate desenvolvimentista no Brasil – discutindo resultados da matriz de insumo-produto. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 48, jan.-jun. 2017.
- VALE, V. A.; PEROBELLI, F. S. *Análise de Insumo-Produto: teorias e aplicações no R. Curitiba*: [Edição Independente], 2020.